

Educação



Qualidade discutível

Problemas que costumam acontecer em escolas da rede pública também se repetem em estabelecimentos particulares, como por exemplo a superlotação

IVALDO SANTOS
Da Reportagem

Estudar em escola privada não é uma garantia absoluta de se obter um ensino de boa qualidade. Problemas verificados em colégios públicos, como superlotação e falta de infraestrutura física, também podem estar presentes em instituições particulares. Por isso, os pais devem ficar atentos a alguns cuidados antes de efetuar a matrícula do filho.

Além de avaliarem com cuidado o projeto pedagógico do estabelecimento de ensino, precisam observar detalhes que, muitas vezes, podem passar despercebidos no processo de escolha, mas que, quando falhos, comprometem o aprendizado da criança.

Número de alunos por sala de aula, equipamentos de segurança e condições físicas estão en-

tre os itens obrigatórios nos critérios de avaliação. Nem sempre a escola que apresenta a mensalidade de maior valor ou uma quadra de esportes com piscina, por exemplo, é a que possui a melhor condição de ensino.

"Não dá para se confiar apenas na fachada bonita da escola", ressalta a pedagoga Justina Galmaeci, do Departamento Pedagógico do Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino do Estado de São Paulo.

A recomendação também é válida para os que oferecem graduações de nível superior (ver matéria). Com o aumento no número de cursos e de vagas, há universidades que apresentam excesso de acadê-

micos por sala de aula. Dependendo do curso e da faculdade, é possível encontrar classes com mais de 90 estudantes, espremidos em um espaço físico incompatível com o estudo. E o pior: sem ar condicionado ou ventilador em quantidade suficiente. Uma tortura para os professores e alunos nos dias de forte calor.

Exigências relativas à higiene e saúde devem ser cumpridas

Regras "As crianças das séries iniciais precisam de maior atenção. Uma sala com um número alto de alunos e bastante prejudicial", explica a pedagoga. Ela ressalta que as escolas particulares de Ensino Fundamental e Médio são fiscalizadas pelas diretorias de ensino, enquanto as infantis pelas secretarias municipais de Educação.

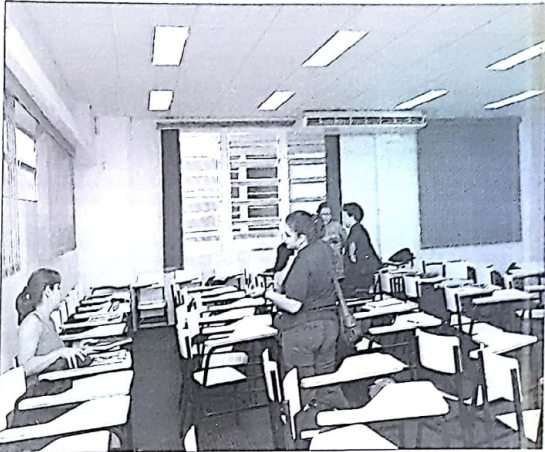
Antes da aprovação para o funcionamento, os donos dos estabelecimentos devem cumprir uma série de exigências. Não so pedagógicas, como também as que estão relacionadas com higiene e saúde. Quem define as regras técnicas para elaboração e aprovação de projetos de edificações de escolas de 1º e de 2º grau é a Resolução 493/94 da Secretaria de Estado da Saúde.

Uma sala de aula, por exemplo, deve ter, no mínimo, uma metragem de 20 metros quadrados. Também deve se garantir, pelo menos, um metro quadrado para cada aluno. Nas escolas municipais, a legislação local prevê uma proporção um pouco maior: 1,20 metro quadrado por criança.

A resolução estadual fixa ainda normas para a construção e utilização de cozinhas, auditórios, refeitórios entre outras instalações escolares. Ela até define o total de banis sanitárias e bebedouros que devem existir no local, conforme o número de alunos matriculados.

"Os pais devem visitar as instalações onde os filhos vão estudar. Não dá para deixar los na escola e dizer que eles estão seguros", diz Justina.

Paolo Freitas



Alguns estabelecimentos dispõem de aparelhos de ar-condicionado para dar mais conforto

Normas para escolas



Salas de aula

- Corresponder ao mínimo de 1 metro quadrado por aluno.
- Possuir pé-direito (altura entre o piso e o teto) com o valor médio de 3 metros, admitindo-se o mínimo em qualquer ponto de 2,5 metros.
- Garantir a drenagem mínima de 20 metros quadrados.
- Apresentar obrigatoriamente loto preferencialmente em tija.

Recreio

- Reservar, nas escolas de 1º grau, local coberto para recreio com área, no mínimo, igual a um terço da soma das áreas das salas de aula.
- Dispor de bebedouros de jato inclinado na proporção de um bebedouro para cada 100 alunos, sendo que a água deverá passar por filtro antes de chegar às torneiras.

Refeitório

- Revestir paredes com material resistente ao fogo, impermeável e lavável.
- Instalar pisos com material antiderrapante.

Cozinha

- Garantir área mínima de 20 metros quadrados.

Sanitários

- Manter área mínima de 10 metros quadrados.
- Dispor de porta com proteção contra reodores.
- Dotar os compartimentos sanitários com bacias, na proporção mínima, de uma para cada 25 alunas, uma para 60 alunos, um mictório para cada 40 alunos e um lavatório para cada 40 alunos e alunas, calculados sempre para o período de maior lotação.

- Instalar, em todo prédio escolar, sanitário adaptado para deficientes físicos, seguindo as normas da ABNT e instalado em local onde houver acesso.

Fonte: Resolução da Secretaria de Saúde 493/94, que estabelece normas para elaboração e aprovação de projetos de edificações de escolas de 1º e 2º grau no Estado de São Paulo.

UNE defende a regulamentação das vagas

A definição de vagas que serão distribuídas nas salas de aula, nos cursos de nível superior, pode ser objeto de regulamentação. A proposta é defendida pela União Nacional dos Estudantes (UNE), em um projeto de regulamentação do funcionamento das instituições.

Hoje, de acordo com a Lei 9.394/96, todos os programas dos cursos oferecidos e demais componentes curriculares precisam estar disponíveis aos interessados, antes de cada período letivo. Também obriga-se a divulgação do número de alunos por turma.

No entanto, não há critérios claros para se evitar a superlotação das classes e a perda da qualidade do ensino. Um curso de Direito que aumenta de 300 para 1.800 alunos, por exemplo, deveria garantir total infraestrutura para atender o crescimento da demanda.

Compra de mais livros para o acervo da biblioteca, aquisição de novos bebedouros, construção de novos sanitários e ampliação do espaço físico das instalações são

algumas medidas que nem sempre são observadas pelas faculdades quando decidem ampliar o corpo discente.

Excesso

"Um dia eu entrei em uma classe de Biologia para dar um recado e havia 93 alunos. Um absurdo!"

Marcelo Arias
Presidente do Centro dos Estudantes de Santos

O presidente do Centro dos Estudantes de Santos (CES), Marcelo Arias, já testemunhou vários abusos por parte das universidades particulares. "Um dia eu entrei em uma classe de Biologia para dar um recado e havia 93 alunos. Um absurdo!", diz Arias. "Se foi difícil entender a mensagem, imagine então a ex-

pliação de um professor".

Para o líder estudantil, há instituições que estão mais preocupadas com o lucro, em detrimento da qualidade. "Elas tem um forte lobby no Congresso Nacional e dificultam a aprovação de qualquer projeto para regulamentá-las".

Justiça

Na avaliação do advogado do CES, Dave Lima Prada, o estudante que não obteve sucesso na reivindicação de qualidade de ensino tem outro caminho: o Poder Judiciário.

"Ao invés de reclamar para o colega ao lado de que a sala não possui ar condicionado, ele deve procurar a direção da faculdade ou a reitoria", e exigir o seu direito", diz o advogado. "Se não for atendido, pode entrar com uma ação judicial".

A Tribuna entrou em contato telefônico com o Sindicato das Entidades Mantenedoras dos Estabelecimentos de Ensino Superior, em São Paulo, mas não obteve retorno.

JORNAL-ESCOLA

Parceria viabiliza o Programa de Educação Fiscal

Da Reportagem

Com a presença de 60 educadores dos ensinos Fundamental, Médio e Superior, foi lançado na tarde de ontem o Programa de Educação Fiscal, resultado de uma parceria entre a Receita Federal e A Tribuna, por intermédio do Programa Jornal Escola.

O lançamento aconteceu no São Paulo Clemente Santini e teve também a participação de representantes de ONGs e integrantes de equipes pedagógicas das diretorias de Ensino da região. O programa tem o objetivo de informar sobre o processo fiscal e os métodos para cobrança popular. "É um projeto multi-disciplinar, que visa aproveitar as matérias sobre impostos publicadas nas edições de A Tribuna para difundir conceitos a serem discutidos em sala de aula", explicou a coordenadora do Programa Jornal Escola, Silvia Costa.

Os participantes do Encontro de Educação Fiscal receberam um kit que contém, além dos textos didáticos, uma apostila de apoio e dicas de sites na internet e apresentação de vi-

deos a respeito do assunto. As palestras de abertura foram ministradas pelos auditores fiscais Valesca Aparecida dos Santos Pires, representante da delegacia da Receita Federal em Santos do Programa de Educação Fiscal, e Paulo Zancul, representante do mesmo programa na Alfândega do Porto de Santos. "Durante o ano, vamos passar pelas universidades da Baixada apresentando o mesmo conteúdo de hoje", adiantou Valesca Aparecida.

CPMF é analisada

A auditora fiscal destacou a produtividade do encontro e o interesse dos educadores. Eles constantemente inquiriram os palestrantes, manifestando as dúvidas que seus alunos levavam para as salas de aula. "O assunto mais discutido foi a CPMF (Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira) Poderia nos fazer uma palestra somente sobre isso?", comentou Justina Galmaeci. Todos elogiaram a linguagem acessível dos representantes da Receita Federal e a iniciativa do convênio. "A avaliação é muito positiva e, para nós, o programa

Walter Mello



Educadores dos 3 níveis de ensino (Fundamental, Médio e Superior) acompanharam as primeiras palestras

vieta a calhar. Nossa diretoria de ensino havia pedido um projeto sobre impostos e não sabíamos como começar. Agora queremos iniciar, logo, prioritariamente, no Ensino Fundamental, mas apenas de 1º a 4º

série", contou Elizabeth Freitas, representante do Departamento de Ensino de Itanhaém. Já a assessoria técnica de Marília da Diretoria de Ensino de São Vicente, Maura do Kobashigawa, ressaltou que os conheci-

mentos adquiridos servirão como construtores de novos cidadãos. "A falta dessas informações aflije a todos. Precisamos saber a destinação dos impostos que pagamos. Só assim podemos formar nossa cidadania".

MEDICINA

Congresso de Ortopedia e Traumatologia começa 5ª feira

Da Reportagem

Santos será sede do 10º Congresso de Ortopedia e Traumatologia do Estado a ser realizado no Mendes Convention Center a partir de quinta-feira. Durante o evento serão discutidas as últimas novidades no tratamento médico e cirúrgico de lesões na coluna, joelho, ombro e osteoporose.

Entre os participantes o ortopedista americano James Esch, considerado um dos maiores especialistas em cirurgia de ombro no mundo. O francês Philippe Neyret irá abordar as últimas novidades no tratamento de patologias do joelho e o americano Roger Emerson Junior apresentará novas técnicas em prótese para quadril.

O congresso será presidido pelo ortopedista sanista Georgetar e organizado pelo presidente da Sociedade Brasileira de Ortopedia e Traumatologia Regional de São Paulo, Pedro Doneux. Na quinta-feira as atividades acontecem das 14 às 19 horas. Na sexta e no sábado, das 8 às 19 horas.